

TEMPO DE REVOLUÇÃO

1º DE MAIO DE 2022

ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DA ESQUERDA MARXISTA, SEÇÃO BRASILEIRA DA CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL (CMI) EDIÇÃO 18

O “Tempo de Revolução” volta às ruas em edição impressa

Leia nossa imprensa! Organize nossa classe!

Leia também:

**As eleições vão passar,
a luta de classes não p.02**



EDITORIAL

As eleições vão passar, a luta de classes não



Mídia Ninja

Com o lançamento oficial da chapa Lula-Alckmin previsto para 7 de maio, a aprovação da federação PT-PCdoB-PV pelo diretório nacional do PT e a aprovação da federação PSOL-REDE pelo diretório nacional do PSOL, somados aos acordos entre dirigentes do PT e do PSOL para que o PSOL apoie Lula desde o primeiro turno (e a provável aprovação desta proposta na conferência eleitoral do PSOL em 30 de abril), podemos agora ver mais nitidamente o delineamento dos contornos dos canais eleitorais através dos quais a luta de classes poderá se expressar de maneira deformada em outubro nas urnas e nos meses precedentes durante a campanha eleitoral nacional.

Por um lado, a chamada “terceira via”, tão almejada por grandes setores da burguesia, não conseguiu se consolidar nem através da candidatura de Moro nem de qualquer outro. Ciro, que busca se apresentar para este papel, não tem a confiança dos setores mais importantes da burguesia. Desta forma, vai se consolidando cada vez mais o apoio da maioria da burguesia à chapa Lula-Alckmin, contra Bolsonaro.

Por outro lado, sem uma candidatura própria do PSOL com um programa claro de luta pelo socialismo, de ruptura com a ordem vigente, consolida-se a cada dia mais também o apoio da maioria do proletariado à candidatura Lula, independente de quem seja o seu vice, para derrotar Bolsonaro. As candidaturas restantes à esquerda (UP, PCB e PSTU) são muito

pequenas e inexpressivas. Portanto, são incapazes de conquistar a confiança de setores importantes do proletariado.

Já para o proletariado, o voto em Lula terá o significado de buscar utilizá-lo para retirar Bolsonaro do poder, revogar as contrarreformas impostas por Temer e Bolsonaro, buscar impor novas conquistas e a ampliação de direitos para os trabalhadores

Assim, contraditoriamente, o voto do proletariado em Lula para derrotar Bolsonaro será a expressão do sentimento de “classe contra classe”, embora os setores mais importantes da classe dominante também apoiem a chapa Lula-Alckmin.

A disputa real de classe se dará não em quem o voto será depositado, mas no conteúdo desse voto:

a) Para a grande burguesia e o imperialismo, o voto na chapa Lula-Alckmin e seu apoio político e financeiro se baseará no compromisso de Lula em governar para o capital financeiro internacional (dentre outras questões, garantindo que cerca de metade do orçamento federal nacional seja destinado ao pagamento da dívida pública) e na sua promessa de promover a paz social com a conciliação de interesses das classes antagônicas – ao contrário de Bolsonaro que promove o enfrenta-

mento aberto de classes, a contragosto da burguesia.

b) Já para o proletariado, o voto em Lula terá o significado de buscar utilizá-lo para retirar Bolsonaro do poder, revogar as contrarreformas impostas por Temer e Bolsonaro, buscar impor novas conquistas e a ampliação de direitos para os trabalhadores.

Evidentemente, o compromisso de Lula já está selado em prol dos interesses da burguesia. Este é o sentido da escolha de Alckmin como vice, uma garantia de que, se Lula não governar para a burguesia, ela poderá removê-lo (pelos meios que lhe forem convenientes) tendo um fiel representante como Alckmin sentado na cadeira de presidente, sem necessitar de uma nova eleição.

Portanto, a despeito de que nas tratativas entre dirigentes do PT e do PSOL tenha ficado acertado que no programa de Lula constará a consigna de “revogação da contrarreforma trabalhista de Temer”, Lula eleito trabalhará para que apenas pequenas revisões sejam feitas, mas nada de revogação que restabeleça direitos trabalhistas.

Essa contradição entre o significado do voto do proletariado em Lula, as expectativas dos trabalhadores em um novo governo encabeçado pelo PT e o programa que realmente será aplicado por ele quando eleito levará a uma nova crise política e social que obrigará a um novo reposicionamento de todas as peças no tabuleiro da política brasileira.

Grande parte das lideranças e organizações de esquerda participarão do

EXPEDIENTE

Diretor de Publicação: Serge Goulart
Editor: Evandro Colzani
Diagramação: Henrique de Macedo
Capa: Evandro Colzani

Conselho Editorial: Alex Minoru, Caio Dezorzi, Johannes Halter, Lucy Dias, Luiz Bicalho e Maritania Camargo

Comitê de Redação: André Mainardi, Francine Hellmann, Henrique de Macedo, Mariana Rosa, Michel Silva, Michelle Vasconcellos e Mateus Tavares

Jornalista Responsável: Rafael Prata
MTB nº 40040/SP

TEMPO DE
REVOLUÇÃO



Ricardo Stuckert

Evidentemente, o compromisso de Lula já está selado em prol dos interesses da burguesia

governo Lula, provavelmente inclusive aqueles que hoje controlam a direção do PSOL. Por outro lado, logo após ter passado o torpor da vitória eleitoral sobre Bolsonaro, a insatisfação popular com o governo crescerá a cada dia. Pela direita, uma oposição bolsonarista vai buscar se valer disso para crescer e tentar eleger Bolsonaro novamente em eleições futuras (ou um de seus filhos, caso o pai fique inelegível). Pela esquerda, caberá àqueles que sejam capazes de desenvolver uma oposição com independência de classe buscar ganhar a confiança de setores do proletariado nesse processo. O PSOL será colocado à prova permanentemente, assim como o próprio PT, a CUT e todas as direções do movimento operário.

Tendo a possibilidade de volta do bolsonarismo ao poder como uma ameaça constante, Lula poderá gozar ainda por um tempo de um certo comportamento de tolerância dos batalhões pesados da classe trabalhadora. Mas a direção petista da CUT já não controla mais suas bases sindicais como no passado e, mais cedo ou mais tarde, essa insatisfação deverá explodir em lutas abertas nas fábricas e nas ruas. Se isso tardará mais ou menos a ocorrer, bem como o grau de radicalidade desses movimentos, dependerá da capacidade das organizações operárias para desenvolver entre os trabalhadores uma política de independência em relação ao governo, além de

garantir que tais lutas não sejam passíveis de assimilação pelos bolsonaristas.

Todo este esboço de perspectiva a partir do que vai se desenhando com as cartas do baralho que estão sendo postas à mesa estará sujeito também – e de maneira brutal – ao contexto mais amplo da luta de classes internacional e da crise mundial do capitalismo. As lutas de massas que vimos se desenvolver nos últimos anos – e crescer em quantidade e qualidade logo antes do advento da pandemia – podem e tendem a ser retomadas mais e mais à medida em que os imperialistas não têm outro caminho a seguir a não ser fazer suas guerras, impor retiradas de direitos e condições de trabalho cada vez piores, além de privatizar e sucatear os serviços públicos para extrair uma proporção cada vez maior da massa de mais-valia produzida pelo conjunto do proletariado mundial.

O futuro previsível é de forte acirramento da luta de classes em nível internacional. A ausência de uma Internacional marxista de massas faz com que o proletariado encontre muita dificuldade para unificar suas lutas, levar o combate até a expropriação da burguesia e a planificação da economia sob controle dos trabalhadores nos diversos países onde as condições para tal vão se apresentando. De nossa parte, seguimos construindo a Corrente Marxista Internacional como um ponto de apoio para

o desenvolvimento desse instrumento internacional tão necessário para a classe trabalhadora e a humanidade.

No Brasil, isso passa, até 30 de abril, pelo combate para que o PSOL aprove a candidatura de Glauber Braga para presidência da República com um programa de enfrentamento ao capital, enquanto levamos o combate constante para que o PSOL rompa a federação

O futuro previsível é de forte acirramento da luta de classes em nível internacional. A ausência de uma Internacional marxista de massas faz com que o proletariado encontre muita dificuldade para unificar suas lutas

com a Rede. Na eventual – e provável – derrota desta proposta, deveremos combater ombro a ombro com o proletariado para eleger Lula contra Bolsonaro, mas sem deixar de fazer toda a crítica ao seu programa e aliados, apresentando como palavras de ordem centrais a luta contra o pagamento da dívida pública, a revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, a reestatização de tudo o que foi privatizado e a luta pelo socialismo.

Vem aí a 20ª edição da Revista América Socialista - Em Defesa Do Marxismo

Em seu mais novo número, a Revista América Socialista - Em Defesa Do Marxismo traz textos históricos e inéditos sobre os fundamentos econômicos da sociedade. Entre eles, o mito do "livre mercado" confrontado com a economia socialista planejada, o legado do trotskismo, a questão ucraniana, as guerras, as questões nacionais, o Imperialismo e o papel nefasto do stalinismo.

Adquira a sua pelo site www.livriamarxista.com.br ou com um dos militantes da Esquerda Marxista.

Ajude a divulgar a imprensa operária e boa leitura!

Confira o índice desta edição:

Marxismo versus Libertarianismo a escola austríaca de economia, por Adam Both

As origens das classes sociais, por Josh Holroyd e Laurie O'Connel

Sobre o Trotskismo, por Herminio Sacchetta

Teses e acréscimos sobre as questões nacional e colonial, 2º Congresso da IC

Sobre a questão ucraniana, por Leon Trotsky



MULHERES PELO SOCIALISMO

MPS analisa como seria a vida das mulheres no socialismo

MULHERES PELO SOCIALISMO

No último dia 09 de abril aconteceu o 2º Encontro Nacional do Movimento Mulheres Pelo Socialismo com a temática “Como seria a vida das mulheres no socialismo?”. Mais de 100 pessoas estiveram presentes no debate que aconteceu de maneira online. O encontro contou com dois informes: “As conquistas da Revolução Russa para a emancipação da mulher” e “Perspectivas da vida das mulheres em um mundo livre das amarras do capitalismo”.

O primeiro informe foi dado pela camarada Francis Lima. Ela fez um resgate histórico sobre a questão da mulher na Rússia. Já em 1908 aconteceu o 1º congresso de todas as mulheres da Rússia. Nessa oportunidade Alexandra Kollontai (do Partido Bolchevique) organiza uma delegação e uma declaração tratando da independência de classe das mulheres trabalhadoras em contraposição ao movimento feminista universal.

Outra data em questão, a partir deste evento sendo lembrada como Dia Internacional da Mulher, é a mobilização das mulheres russas, em fevereiro de 1917, por “paz, pão e terra”. Esse episódio marca o início da Revolução Russa, em fevereiro de 1917. No mês seguinte é criado o secretariado das mulheres trabalhadoras do Partido Bolchevique.

Com a Revolução de Outubro, várias outras conquistas se seguiram para a emancipação da mulher trabalhadora: Direito à mulher de votar e ser votada (1918); Código do Casamento, da Família e da Tutela (1918), com extinção do casamento religioso e facilitação do divórcio; Criação coletiva das crianças; Socialização do trabalho doméstico; Legalização do aborto; Descriminalização da homossexualidade.

Estas conquistas, entretanto, com o avanço do stalinismo e do proces-

so de burocratização da URSS, foram retrocedendo com o argumento da necessidade de solução dos problemas econômicos soviéticos. Diante de uma população majoritariamente agrária e conservadora, instalou-se novamente legislações conservadoras: Volta da ilegalidade do aborto; Propaganda oficial pró-natalidade; e Valorização da família nuclear. Apesar das contradições e retrocessos no período stalinista, as conquistas das mulheres nesse período foram mais avançadas do que em sociedades capitalistas. Isso nos mostra a necessidade de compreender que as conquistas, dentro do capitalismo, não são definitivas, pois estão condicionadas às condições de desenvolvimento e crise do capital.

O segundo informe do encontro foi dado pela camarada Cecília da Silva. Partindo da fala de camarada Francis e trazendo a questão das mu-

A partir deste evento sendo lembrada como Dia Internacional da Mulher, é a mobilização das mulheres russas, em fevereiro de 1917, por “paz, pão e terra”. Esse episódio marca o início da Revolução Russa, em fevereiro de 1917

tura... Não seria questão só de ampliar estes direitos em alguns lugares que isso não acontece? O capitalismo, então, não está, aos poucos, libertando as mulheres?

Respondemos: 1) A imensa maioria das mulheres do mundo não vive estas conquistas (África, Índia, a maior parte da Ásia, Oriente Médio e mesmo inúmeras regiões da América do Sul e América Central); 2) Todas as conquistas foram arrancadas com muita luta especialmente nos países onde a classe operária alcançou maior nível de organização e consciência, especialmente na Europa e nos países em que o capital foi expropriado durante o século 20. Mesmo tendo o capitalismo sido restaurado nesses países, muitas das conquistas ainda sobrevivem defendidas pelas massas trabalhadoras que impedem sua liquidação pura e simples como desejam os capitalistas; 3) Apesar da criação de leis de

lheres para a atualidade, ela nos fez a seguinte provocação para iniciar o debate: mas dentro do capitalismo não avançamos em diversas questões? Em alguns países o aborto já é permitido, a tecnologia criou instrumentos que diminuíram o tempo da mulher nas tarefas domésticas, temos creches e escolas de tempo integral, as mulheres podem votar e ser votadas, temos leis que dizem garantir direitos à licença maternidade, ao divórcio, à educação, à saúde, à assistência, à cul-



proteção às mulheres, a justiça é burguesa, atravessada pela burocracia e interesses da classe que está no poder, que não renunciará a seus lucros para garantir a felicidade da humanidade.

De acordo com Clara Zetkin (1896), "(...) foi a necessidade do capitalismo de explorar e buscar incessantemente por uma força de trabalho barata que criou a questão das mulheres. (...) O proletariado feminino ganhou sua independência, mas nem como ser humano, nem como mulheres ou esposas elas têm a possibilidade de desenvolver sua individualidade. Para suas tarefas como esposa e mãe, restam apenas as migalhas que a produção capitalista deixa cair na mesa".

O capitalismo, ao jogar a mulher no trabalho assalariado, não a libertou das tarefas domésticas. A questão seria então pagá-las por isso? Além de uma inconsistência teórica, já que "o valor da força de trabalho não estava determinado pelo tempo de trabalho necessário para manter o trabalhador adulto individual, mas pelo necessário para manter a família operária", como aponta Karl Marx, em "O Capital". Isso só continua a exploração da família proletária. Perguntamos: Resolveremos a questão da escravidão doméstica com um salário? Como vislumbrar a emancipação da mulher trabalhadora se ela estará ainda mais circunscrita ao lar? Como seria, então a vida das mulheres trabalhadoras no socialismo?

Longe de querer idealizar uma receita e fazer um exercício futurista, mas trazendo os ensinamentos e conquistas da Revolução Russa para a mulher trabalhadora foram discutidas algumas possibilidades. Os participantes do evento foram convidados a imaginar hoje estas conquistas no atual estágio de desenvolvimento da ciência e das forças produtivas, em escala mundial, sob a perspectiva e o domínio dos trabalhadores e trabalhadoras:

- Socialização do trabalho doméstico (sem a preocupação da produção individual familiar, sobrando tempo para participar da política, satisfazer suas necessidades "do estômago à fantasia", como diria Marx);

- Educação dos filhos compartilhada com o Estado (educação pública, gratuita e para todos). Acesso à licença maternidade e paternidade de igual tempo;

- Acesso à saúde para todos (contra as patentes, avanço na produção de vacinas e não mais de doenças que alimentam a indústria farmacêutica, já que o lucro não será mais a mola propulsora da humanidade);

- Decisão sobre as questões relacionadas ao seu corpo (aborto legal e seguro, parto humanizado, tratamento hormonal pelo SUS);

- Socialização dos espaços de produção e acesso à cultura. Formação omnilateral!

- Pleno emprego; trabalho igual, salário igual; redução da jornada, sem redução de salários;

Toda esta plataforma de reivindicações e direitos é apenas o início do combate dos comunistas ainda no capitalismo e nos primeiros passos de vida do Estado Operário Soviético, após o capitalismo ter sido varrido. Serão estas e outras reivindicações apenas o começo, a base sobre a qual, no futuro se assentará não mais "salário igual para trabalho igual", mas a plena aplicação do princípio comunista: "de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo a sua necessidade" (Marx).

Outros dois pontos destacados no informe da camarada Cecília diziam respeito à família e ao amor, questões estas que os capitalistas fazem questão dizer que a sociedade comunista fará questão de acabar.

A família monogâmica surgiu da evolução dos diversos tipos de família e é apropriada pelo capitalismo sob as seguintes bases: "(...) predomínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens de seu pai" (Engels). Acabando com a propriedade privada dos meios de produção que fim resta à família? O fim da opressão e dominação da classe burguesa sobre os meios de produção e seu controle democrático e planejado pelos trabalhadores permitirá

o desenvolvimento da consciência socialista, da igualdade e pleno florescimento de todas as capacidades e possibilidades humanas. O machismo, que é fruto do regime da propriedade privada dos meios de produção e de sua necessidade de controle sobre a herança e transmissão da propriedade, irá se esfumando. A sua base fundamental, a propriedade privada com o controle da mulher e dos filhos, terá desaparecido. Surgirá então uma nova moral que respeitará o direito de todos às decisões sobre seu corpo e sua sexualidade, enquanto questão privada.

Kollontai destaca a ótica individualista na sociedade capitalista que agarra as pessoas à ideia da "alma gêmea", pessoa amada que fará desaparecer esta sensação de solidão espiritual imposta por esta sociedade. Disso acarreta o direito de propriedade física, mas avança na propriedade psicológica. O capitalismo, na ânsia de saciar a solidão ameaçadora, quer ter o poder também sobre os pensamentos da pessoa amada. Vemos isso hoje: "Com quem você falou?", "Curtiu as fotos de quem?", "Quais suas senhas?"

Qual seria, então, o ideal de amor para a classe operária? O amor passou por um diverso processo dentro das diferentes sociedades, passando de ser um fato essencialmente biológico para se



Alexandra Kollontai



Cartaz: O que a revolução de outubro deu para a mulher trabalhadora e camponesa

tornar um fator social. Para o capitalista, o amor está circunscrito à família. Já para o operário, o amor está de acordo com a nova moral coletiva.

Na sociedade comunista desapareceria, então, o amor entre duas pessoas? "Não resta a menor dúvida de que na base do amor espiritual se encontra também, como na luxúria, na atração física entre os sexos. A diferença consiste precisamente em que, no ser movido por sentimentos de amor que o impulsionam para outro ser despertam e se manifestam justamente as qualidades da alma necessárias aos construtores da nova cultura: sensibilidade, delicadeza e desejo de ser útil a outros. (...) O mais importante para a ideologia proletária é que estas qualidades despertem, desenvolvam e eduquem todos os homens e, portanto, não se manifestem apenas nas relações com o objeto amado, mas também nas relações com todos os demais membros da coletividade" (Kollontai, "Carta à juventude operária - o amor na sociedade comunista").

O 2º Encontro Nacional do MPS foi um importante esforço de pensar a condição da mulher para além do horizonte oferecido pela sociedade capitalista. A burguesia e a ideologia dominante propagam a resignação das mulhe-

res ao futuro atravessado pela propriedade privada dos grandes meios de produção e aos infindáveis conflitos dos Estados nacionais. Porém, as trabalhadoras podem almejar mais do que o homem e a mulher burguesa lhe oferecem. Elas podem se colocar reivindicações mais avançadas do que as classes dominantes estão dispostas a lhe concederem.

A mulher trabalhadora pode se organizar e conquistar sua liberdade, sob a condição que transforme sua luta imediata e democrática numa luta de classe que se conecta ao questionamento à própria ordem capitalista. Suas reivindicações podem e precisam começar a ser alcançadas na sociedade atual, contra os interesses e intuídos divisionistas da classe dominante e seus agentes. As marxistas sabem, porém, que a plena liberdade da mulher apenas pode ser alcançada uma vez que sejam superadas plenamente as bases materiais da sua opressão atual. O marxismo teorizou, e a Revolução Russa demonstrou de forma prática, que é o socialismo o regime social que permitirá a plena emancipação da humanidade, e da mulher trabalhadora em primeiro lugar.

SINDICAL

A responsabilidade da CUT na traição do Conclat 2022

| BRUNA DOS REIS

Nove centrais sindicais realizaram em abril a Conferência da Classe Trabalhadora (Conclat) 2022. Esse nome, Conclat, tem um peso histórico, mas os 500 dirigentes sindicais presentes não honraram a história nesse evento que aprovou uma pauta “da Classe Trabalhadora”.

Ao invés de encaminhar lutas econômicas e políticas que deveriam ser travadas imediatamente contra Bolsonaro e o capital, o documento aprovado pelo fórum dos presidentes das centrais sindicais definiu um programa rebaixado à classe trabalhadora brasileira e a todos os candidatos, inclusive candidatos burgueses. Ou seja, esse processo foi conduzido pelas cúpulas sindicais, sem o envolvimento das bases em sua elaboração. Além disso, apoia a colaboração de classes, com a falsa ideia de que os políticos burgueses podem se comprometer com os interesses de classes inimigas e termina por limitar a luta ao âmbito das instituições burguesas, com as eleições como único horizonte de transformação.

O texto lamenta que o Brasil tenha caído no ranking das maiores economias e deseja que retome o rumo do crescimento com igualdade e justiça social. Como é recorrente na direção da CUT, a pauta alimenta a ilusão de que o Brasil pode ser uma economia dominante e que estava nesse rumo durante os governos petistas. Maior ilusão ainda é a pretensão de igualdade e justiça social desses governos.

A apresentação das 63 reivindicações diz que é preciso recuperar a democracia. Qual democracia? A do Estado Democrático de Direito, que garante democracia somente à burguesia, direito esse que nunca foi ameaçado durante os últimos anos, graças a desmobilização das centrais? Mas, para isso, dizem que

não basta eleger Lula. É preciso também eleger para o Congresso Nacional dirigentes sindicais.

“Na Câmara não temos nem 15 deputados oriundos do movimento sindical [...] será preciso ter uma bancada de dirigentes sindicais comprometidos com a classe trabalhadora. Temos de conscientizar o povo que trabalhador tem que votar em trabalhador”, diz Sérgio Nobre, presidente da CUT. Ele está se referindo entre outros a Paulinho da Força, um gangster do movimento operário que foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da central Força Sindical, e que hoje é deputado federal e presidente do Solidariedade É a esse agente direto da burguesia dentro das trincheiras proletárias que Sérgio chama a votar.

Na verdade, os trabalhadores precisam votar e atuar, no terreno da luta de classes, com aqueles que organizem suas lutas mais necessárias, como é a derrubada do governo Bolsonaro, o combate ao desemprego, ao fechamento de fábricas, ao achatamento dos salários e a retirada de direitos. Lutas que a

maioria da direção do movimento sindical não só não organizou, como desmontou.

Encerra-se a apresentação do documento da Conclat com uma autorização: depois de dois anos de pandemia, agora é a hora retomar a luta nas ruas. Esquecem os dirigentes sindicais que os trabalhadores sempre estiveram nas fábricas, nos locais de trabalho, porque desde o início os sindicatos não organizaram uma greve geral que forçasse o lockdown. E esses mesmos trabalhadores, diferente dos sindicalistas, estavam expostos ao Covid e dispostos a defender suas vidas, com lutas nas ruas.

Para a direção das centrais, o problema do governo Bolsonaro é a opção por um Brasil exportador de matéria prima e importador de bens industrializados, o que gerou uma queda na participação da indústria na economia, com altos níveis de ociosidade. No entanto, o que fizeram quando a Ford e outras fábricas fecharam suas portas ou reduziram empregos?

A história das Conclats

Durante a ditadura militar, em 1979, no Rio de Janeiro, uma greve de 42 dias impôs à Fiat a readmissão de 185 trabalhadores e um ano de estabilidade. Os operários da Ford de São Bernardo também paralisaram suas atividades exigindo que a empresa readmitisse 400 trabalhadores e garantisse a manutenção de seu quadro de funcionários. A greve da Ford, que envolveu 9 mil trabalhadores, embora tenha sido decretada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho, terminou com grandes avanços para os trabalhadores: 120 dias de estabilidade e uma comissão de 14 representantes que negociaram, junto à empresa, as condições de readmissão dos 400 companheiros.

Foram as lutas operárias que levaram as oposições sindicais a organizarem, no início de 1980, em São Paulo, o Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS). A partir daí, foram organizados os Encontros Nacionais de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES). Dian-

te do quadro preparatório para a 1º CONCLAT, o ENTOES decidiu que os movimentos de oposição deveriam priorizar a realização da CONCLAT-81. 183 entidades sindicais de 13 estados reuniram-se, no Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Farmacêuticos de São Paulo, para eleger uma Comissão Executiva Nacional que emitiu um boletim informativo e orientou os sindicatos na realização dos Encontros Estaduais preparatórios – ENCLATs.

Para se ter ideia, em Joinville/SC, se reuniram 90 entidades sindicais e 400 trabalhadores. Em Porto Alegre, 174 entidades e 603 delegados. Em Minas, 113 entidades e 430 delegados. Em São Paulo, 4 Federações, 55 sindicatos urbanos, 1 sindicato rural e 28 associações profissionais, num total de 530 participantes. Esses números em plena ditadura militar.

A 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras reuniu, em agosto de 1981, na colônia de férias do Sindicato dos Têxteis de São Paulo (ainda em construção), em Praia Grande, 5.036 delegados de 1.091 entidades, representantes de sindicatos rurais e urbanos, associações de funcionários públicos, associações de profissionais, federações rurais e urbanas e confederações.

Formar uma representação sindical nacional, retomando a experiência do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), interrompida no fatídico 31 de março de 1964, dividiu a Conclat. Já a 2º CONCLAT encaminhou as providências para a formação da central nacional, a CUT. Às vésperas do encontro aprofundaram-se as divergências e ocorreu a cisão entre as lideranças sindicais.

Dois congressos nacionais de trabalhadores aconteceram em 1983. Um grupo de sindicalistas – na maioria ligados ao PT – manteve o calendário previsto e realizou, em agosto, em São Bernardo do Campo (SP), o



1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora que fundou a CUT. Outro grupo de dirigentes, tendo à frente o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, adiou o encontro nacional para novembro.

Em Praia Grande (SP) nos dias 4, 5 e 6 de novembro, compareceram 1.256 entidades sindicais rurais e urbanas, representando aproximadamente 25 milhões de trabalhadores (14 milhões de rurais e 10 milhões de operários e empregados urbanos). Ao final do Congresso foi lançada a “Carta de Praia Grande” e como palavra de ordem, o CONCLAT-83 propunha: “Unidade: o Caminho da Vitória”.

Unidade: menos com a classe trabalhadora

A breve retomada histórica ajuda a compreender a inserção que o movimento sindical já teve no Brasil, mesmo em tempos em que as liberdades democráticas estavam realmente cerceadas. O Conclat de 2022 nada tem a ver com os primeiros, que eram fruto de um processo de mobilização desde a base da classe, fruto de seus com-

bates reais. Há uma relação dialética entre o programa e a capacidade de mobilização dele. A atual direção do movimento sindical jogou no lixo a história e o programa que forjou a CUT como a maior central sindical da América Latina.

Pergunte a qualquer trabalhador sobre o Conclat 2022. Passou ao largo dos locais de trabalho. Ninguém viu, nem ouviu falar. Para além da total falta de inserção na classe, isso é resultado do programa que apresentam. Apontam que o problema é o neoliberalismo. Deixam de chamar as coisas pelo seu verdadeiro nome: capitalismo. Isso, na verdade, é uma forma de dizer que o governo bolsonarista é neoliberal, mas que um governo Lula poderia ser outro tipo de capitalismo, menos nocivo. E afirmam que “é necessário reunir a força da classe trabalhadora para alcançar um futuro melhor”, muito mais genérico que o estatuto da CUT, que diz “i) lutar pela emancipação dos trabalhadores como obra dos próprios trabalhadores, tendo como perspectiva a construção da sociedade socialista.”

Em relação ao salário, defendem “valorização do salário-mínimo que assegure a recomposição da inflação e um considerável

aumento real para que, no médio prazo, o piso nacional seja capaz de atender às necessidades vitais básicas dos trabalhadores”. Como um salário que supra as necessidades vitais básicas podem ser objetivo de médio prazo?

Pergunte a qualquer trabalhador sobre o Conclat 2022. Passou ao largo dos locais de trabalho. Ninguém viu, nem ouviu falar

A integração ao Estado capitalista aparece nesse ponto:

“Retomar, no âmbito do governo federal, os Conselhos e as Conferências temáticas [...] com a participação dos movimentos sociais e sindical”. Ou seja, a política de integração dos movimentos da classe ao Estado capitalista, como se ele pudesse ser dos trabalhadores nesse sistema. A continuidade da política de conselhos tripartites e nenhuma defesa da independência de classe.

Sobre as privatizações, dizem que devem ser revistas, não revo-

gadas, como seria o correto. Apagam a palavra de ordem histórica de Petrobrás 100% estatal. Corretamente, propõem lutar pela revogação do Novo Ensino Médio, da EC 95/2020 (Congelamento do Teto de Gastos) e arquivar a PEC 32 (Reforma administrativa), mas não pautam a revogação da Reforma da Previdência.

Mesmo que o candidato da CUT, Lula, adotasse esse programa na íntegra, ele não resolveria os graves problemas econômicos pelos quais passa hoje a classe trabalhadora brasileira. Isso reflete a própria elaboração do documento, motorizada pelo que os dirigentes sindicais acham justo e necessário. Acontece que esses senhores são representantes da burocracia sindical e da degeneração pela qual passa o movimento. As verdadeiras lutas econômicas e políticas que necessitam as bases operárias são muito diferentes do que pensam os burocratas sindicais.

A Conclat 2022 foi um evento com a aparência da forma, mas sem o conteúdo das legítimas conferências da classe trabalhadora do passado. Sua organização e seus documentos explicitam

o abismo existente entre as direções atuais das organizações operárias e as necessidades entre suas bases. Apenas a entrada em cena da classe trabalhadora, a exemplo dos processos aqui citados nas décadas de 1960 e 1980, podem reverter a situação. A greve dos garis do Rio de Janeiro, que pela segunda vez em dez anos atropelou a direção sindical pelega, dá uma amostra do poder da classe trabalhadora quando se coloca em movimento.

Os marxistas atuam nesse cenário, defendendo a organização independente, livre e unificada dos trabalhadores. Propõem um programa mínimo condizente às necessidades do Brasil, conectando as lutas econômicas à necessidade do socialismo internacional. Conforme as lutas econômicas avancem e se transformem em lutas de classe, novos dirigentes serão forjados, velhos serão questionados e a

necessidade de organização pelas bases e de democracia operária mais uma vez se imporá.

A CUT no passado representava as lutas da classe trabalhadora, mas hoje está longe de ser sombra das lutas



JUVENTUDE

Mídia Ninja

A LUTA AMBIENTAL É UMA LUTA DE CLASSES

| MOISÉS ADOM

O garimpo na Amazônia já rendeu imagens chocantes como a das mais de 300 dragas de ouro no Rio Madeira e do incêndio criminoso nas sedes do Ibama e ICMBio em Humaitá (AM). Sem os holofotes da mídia a atividade continua avançando, principalmente dentro de reservas ambientais e territórios indígenas.

Segundo relatório da Hutukara Associação Yanomami, entre outubro de 2018 e o fim de 2021 a área destruída na Terra Indígena Yanomami ultrapassou 3,2 mil hectares. Em 2021 o aumento foi de 46% em relação a 2020.

Com ecossistemas arrasados, grupos indígenas inteiros perdem sua capacidade de produzir o próprio sustento, ficando ainda mais à mercê de madeireiros e garimpeiros que circulam pelas suas terras. Segundo relatos da associação Yanomami, os garimpeiros chegam a oferecer drogas e bebida alcoólica para aliciar jovens e adolescentes.

A política do governo Bolsonaro e da burguesia brasileira é uma condenação de morte não apenas aos povos indígenas, mas também aos camponeses e ribeirinhos que vivem na Amazônia e tiram seu sustento da floresta.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Ambiental

da Amazônia (IPAM), entre agosto de 2018 e julho de 2021, o desmatamento foi 56,6% maior que no mesmo período de 2015 a 2018. Em terras indígenas esse crescimento foi de 153% e em unidades de conservação foi de 63,7%.

Com a certeza da impunidade, fazendeiros e grileiros utilizam o fogo e a motosserra para abrir imensas áreas para a criação de gado e produção de commodities. Assim como o ouro dos garimpos, a maior parte desses produtos é vendida em dólar para o exterior, inflando os lucros de uma pequena parcela de latifundiários e deixando um rastro de destruição e morte.

A hipocrisia burguesa

Com a luta da juventude contra a destruição ambiental se espalhando e ganhando força em todo o mundo, os governos das principais potências imperialistas voltam suas atenções para a Amazônia e cobram medidas governamentais que combatam o desmatamento.

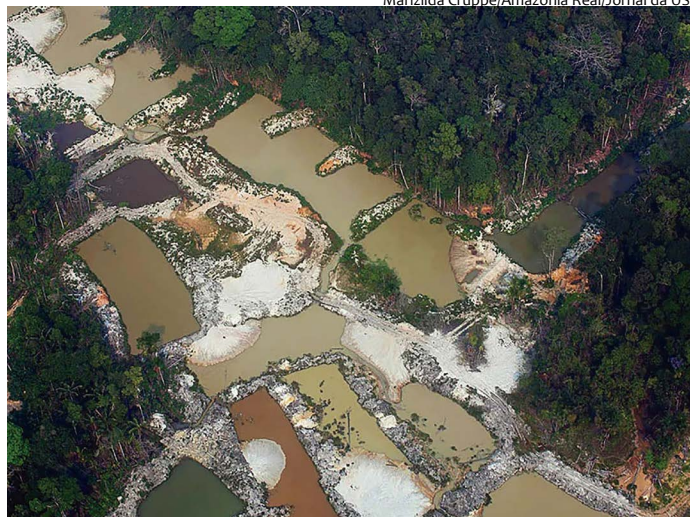
Essa atenção não passa de hipocrisia, já que os mesmos países que financiam o Fundo Amazônia e outras iniciativas de preservação são proprietários de grandes mineradoras, petroleiras e outras empresas responsáveis pela destruição que seus governos e acionistas fingem combater.

Na 76ª Assembleia Geral da ONU, realizada

em setembro de 2021, Bolsonaro também encenou seu papel nesse pastelão e usou um tom completamente diferente do que usualmente aplica em suas declarações internas.

Em seu discurso, o presidente elogiou a legislação ambiental, enalteceu as reservas indígenas e defendeu “*energia renovável, agricultura sustentável e indústria de baixa emissão*”. Nem parece o mesmo que tece elogios ao agronegócio e culpa “índios e caboclos” pelos incêndios florestais.

Bolsonaro sabe que precisa fazer o jogo da burguesia internacional e não tem qualquer escrúpulo em mudar seu discurso para agradá-la. Mas a juventude e os trabalhadores não devem alimentar qualquer ilusão nesse governo ou qualquer outro representante da burguesia para resolver seus problemas.



Garimpo na terra indígena munduruku, município de Jacareacanga, PA

A crise ambiental na Amazônia e em todo o mundo é um produto do modo de produção capitalista, que coloca a acumulação de lucro acima de qualquer necessidade humana. Para a burguesia, a prioridade é que sua atividade gere o maior volume possível de riqueza com o menor custo possível. Pouco importa se para isso for preciso destruir ecossistemas inteiros.

A juventude e o clima

Desde 2018 as greves pelo clima se tornaram uma das principais pautas políticas entre a juventude, principalmente na Europa. O movimento #FridaysForFuture, liderado por Greta Thunberg, se espalhou através das redes sociais e rendeu manifestações massivas em diversos locais do mundo.

Esse movimento revela a preocupação da

Marizilda Cruppe/Amazônia Real/Jornal da USP

juventude com o futuro que está sendo preparado pelo capitalismo, com eventos climáticos ainda mais severos do que já vivemos hoje e um planeta cada vez mais hostil à vida humana. Essa é uma preocupação legítima e que precisa ser associada à luta mais ampla pela derrubada do sistema e sua substituição por uma economia planejada sob controle dos trabalhadores.

Governos burgueses e grandes corporações investem milhões em ações de marketing para convencer a população de que a responsabilidade pela crise ambiental é individual e que o “consumo consciente” é a melhor maneira de pressionar por mudanças nas cadeias produtivas.

Essa é uma ilusão que tem como objetivo esvaziar politicamente e separar a luta contra a destruição ambiental da luta contra todas as formas de opressão. Não podemos aceitar essas ilusões e essas divisões, mas devemos explicar pacientemente aos jovens e trabalhadores como todas as lutas se conectam.

A luta ambiental faz parte de um programa revolucionário. Os marxistas combatem para que todas as necessidades humanas sejam satisfeitas sem que para isso seja necessário esgotar recursos e destruir o meio ambiente.



FLÁVIO ALMEIDA REIS
MESTRE EM GEOGRAFIA
PELA UFF

O Projeto de Lei (PL) 4.444/21, do Deputado Bulhões Jr. (MDB-AL), tramita em urgência na Câmara e quer transformar orlas e praias em Zonas Especiais de Uso Turístico (ZETUR). Isso acabaria com o uso público de até 10% da faixa de areia natural, limitando a circulação de pessoas nessas praias. Os 10% da costa transformados em espaços privados representariam 750km, ou seja, área superior aos litorais de SP (622km) e PR (98km) juntos.

Em Balneário Camboriú (SC), a presidente do *BC Convention & Visitors Bureau*, Margot Libório, tem dúvidas sobre o PL e destaca que a praia, que possui 7 km de extensão total, é um espaço democrático. E mesmo ela, representante do capital, afirma: “Podemos ter imóveis de luxos, carros luxuosos nas ruas, mas a praia, nosso espaço de maior valor, é para todos”. Então, não há consenso na burguesia.

As alterações propostas na lei

Em 1988 tivemos a instituição do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. A Lei 7.661/88 estabeleceu:

“Art. 10. As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

§ 1º. Não será permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo na Zona Costeira que impeça ou dificulte o acesso assegurado no caput deste artigo.

§ 2º. A regulamentação desta lei determinará as características e as modalidades de acesso que garantam o uso público das praias e do mar”.

O PL 4444/21 de Bulhões é sobre o Patrimônio Imobiliário Federal. E sobre as praias, propõe:

“Art. 16-A - É a União autorizada a destacar ou promover o auto de demarcação das áreas de orlas e praias marítimas, estuarinas, lacustres e fluviais federais, que serão definidas como Zona Especial de Uso Turístico (ZETUR) para fins de exploração turística.

Parágrafo único: Zona Especial de Uso Turístico (ZETUR): delimitação de, no máximo, 10% da faixa de areia natural de cada município, que poderá perceber restrição de acesso a pessoas não autorizadas, limitado o uso a empreendimentos turísticos como hotéis, parques privados, clubes, marinas ou outras que sejam autorizadas pelo Ministério do Turismo, sendo vedada a destinação dessas áreas a propriedades de uso unifamiliar.

Art. 17- A Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 10 As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou aqueles de interesse turístico, incluindo as áreas classificadas como ZETUR”.

Privatização e meio ambiente

Temos 7,5 mil km de costa e apenas 9 de 26 estados não possuem litoral. Há uma grande diversidade litorânea como planícies formadas por marés, manguezais, falésias, dunas, estuários, enseadas, costões rochosos, longas praias arenosas, deltas, baías e grande variedade de habitats e usos socioeconômicos.

O PL de Bulhões é uma síntese do governo Bolsonaro: privatização e descaso com o meio ambiente. A importância ecológica das praias é fundamental para nosso alimento, proteção contra inundações e erosões, recreação e lazer, herança cultural etc.

Desta forma, é preciso destacar que cerca de 60% a 65% da costa no Norte e Nordeste do país já estão sob processo erosivo. Nas regiões Sudeste e Sul, esse

fenômeno ocorre em aproximadamente 20% do litoral. Com a privatização das praias, a tendência é que a degradação desses ambientes seja acelerada.

Por que combater o PL de Bulhões?

O turismo já é uma das atividades econômicas consolidadas mais exploradas. Por que precisa ser mais privilegiada com privatizações? Vemos aqui o avanço da mercantilização da natureza, meio ambiente e inclusão de mais comunidades no circuito do capital. Pois a cultura, os modos de vida e as paisagens litorâneas ganham conversão e formatação legal para o mercado do turismo. Portanto, o PL 4444/21 é uma requalificação da costa brasileira, agora, mais voltada ao mercado.

Aprovado o PL de Bulhões, veremos o aumento de áreas de praias ocupadas por hotéis, parques privados, clubes, marinas, resorts, restaurantes, empreendimentos imobiliários e tantas outras atividades privadas. Essas áreas são hoje da União e se transformarão em praias particulares de acesso restrito a banhistas, pescadores e demais usuários.

Hoje, as praias ainda são patrimônio nacional pela legislação de 1988, uma conquista democrática que herdamos da década de 1980 de muitas lutas dos trabalhadores. Defendemos que as praias continuem como bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado sempre o seu livre acesso.

Por tudo isso, a juventude que foi às ruas e gritou “Fora Bolsonaro!” precisa se voltar agora contra o PL 4444/21 do deputado Bulhões e impedir a privatização das praias brasileiras.

RICOS QUEREM PRAIAS SÓ PARA ELES



ATIVIDADE DA EM

ESQUERDA MARXISTA REALIZARÁ ESCOLA DE QUADROS E CONFERÊNCIA NACIONAL

| ALEX MINORU

Na obra *Que Fazer?*, Lênin escreveu a famosa frase: “*sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário*”. A teoria é a base, o guia para a ação dos revolucionários marxistas. Ao mesmo tempo, dialeticamente, a ação prática alimenta a compreensão teórica e sua elaboração.

Nos dias 4 e 5 de junho ocorrerá um importante evento para a formação política e teórica dos militantes da Esquerda Marxista, a Escola de Quadros Nacional, que é parte do programa geral de formação dos militantes da organização, do qual faz parte também a Universidade Vermelha, com a formação básica que se dá em âmbito regional, a Universidade Marxista Brasil (com atividades bimestrais) e a Universidade Marxista Internacional (cuja segunda edição ocorrerá entre os dias 23 e 26 de julho).

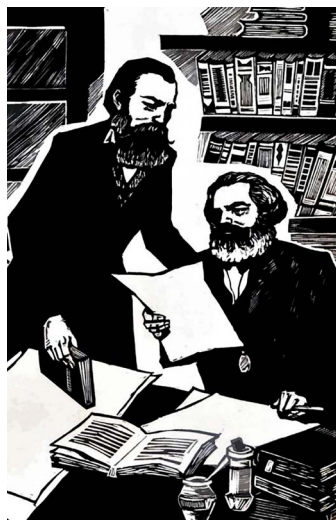
A Escola de Quadros Nacional (EQN) da Esquerda Marxista, neste ano, tratará de quatro temas:

A questão da frente única, que orienta a ação dos revolucionários no combate pela unidade da classe trabalhadora na luta contra a burguesia, e para que as massas, através de sua experiência prática, sejam ganhas para uma política revolucionária. Tal questão foi central nos debates e resoluções do terceiro e quarto Congressos da Internacional Comunista (3ª Internacional), já bem

estudadas na EQN de 2019. Lênin e Trotsky dedicaram-se ao tema também em diferentes escritos. Como os que Trotsky analisa a situação da Alemanha no final dos anos 20 e início dos anos 30, contrapondo-se à posição sectária do Partido Comunista Alemão, sob orientação da direção stalinista, que recusou a frente única com a socialdemocracia e possibilitou a chegada de Hitler ao poder.

O Imperialismo segundo Lênin, para retomar como Lênin analisou do estágio em que o capitalismo deixa de jogar um papel progressista, bloqueando o desenvolvimento das forças produtivas. Fase caracterizada pela concentração da produção (os monopólios), o domínio do capital financeiro (a fusão do capital industrial e bancário), a exportação de capitais, a partilha do mundo entre os agrupamentos capitalistas e as guerras imperialistas.

O materialismo dialético, ou seja, a filosofia que Marx e Engels fundamentaram partindo da



dialética de Hegel e da negação de seu idealismo, o método para interpretar e transformar o mundo. Utilizando-se de princípios como a transformação da quantidade em qualidade (e vice-versa), a unidade dos opostos, a negação da negação, etc.

Em defesa da filosofia marxista: o combate ao pós-modernismo, um debate que irá se debruçar a desmontar as ideias pós-modernas e seus teóricos oriundos do mundo acadêmico. Explicando porque estas são ideias antimarxistas prejudiciais ao avanço do movimento revolucionário.

Todos estes temas contam com uma extensa bibliografia, que está sendo lida e estudada pelos quadros que participarão da escola.

Quase um mês depois, nos dias 2 e 3 de julho, ocorrerá a Conferência Nacional da Esquerda Marxista. O Informe Político apresentado pelo Comitê Central para a convocação da Conferência pode ser lido no site marxismo.org.br.

As duas atividades, escola e conferência, se combinam, pois os temas da escola tocam profundamente na ação prática dos revolucionários na atualidade. A questão da frente única, por exemplo, é central para a definição de uma posição correta frente à eleição de outubro no Brasil. Compreender a época do imperialismo, é fundamental para a análise da situação atual do sistema capitalista, de decadência generalizada e



A defesa do materialismo dialético é parte importante do combate prático pela construção de uma direção revolucionária, diante da queda do nível político, cultural e intelectual que presenciamos na atualidade

para uma análise precisa da disputa entre os países e as guerras atuais. A defesa do materialismo dialético é

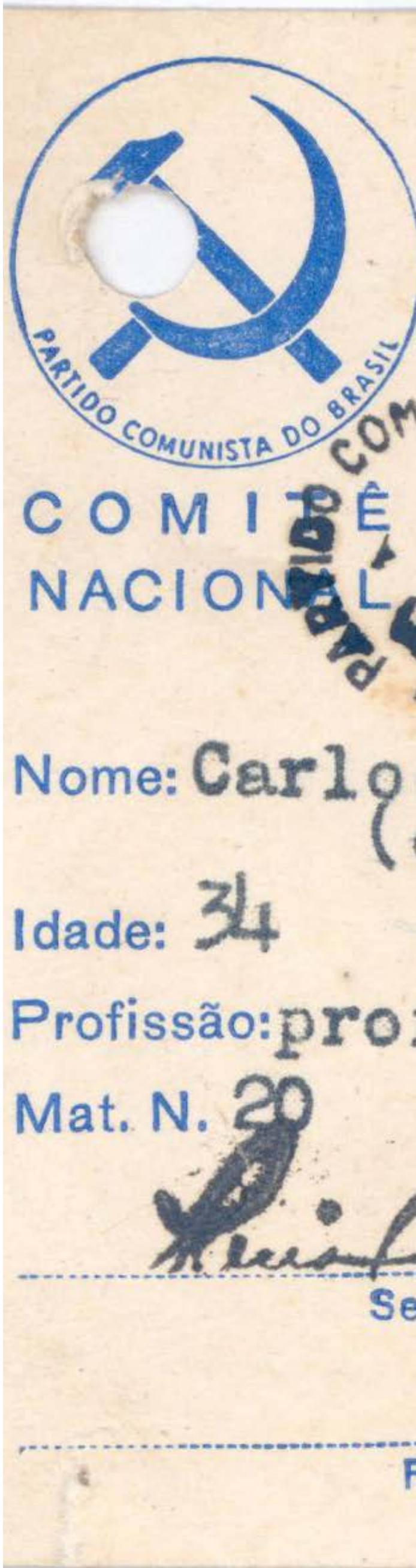
parte importante do combate prático pela construção de uma direção revolucionária, diante da queda do nível político, cultural e intelectual que presenciamos na atualidade, contrapondo-se às ideias burguesas e pequeno-burguesas que assediam o movimento operário.

Essas duas atividades nacionais certamente elevarão o nível político e teórico dos militantes da Esquerda Marxista, proporcionando novos avanços na capacidade de intervenção e construção da organização revolucionária sobre bases sólidas.



TEORIA

AP Photo/Efrem Lukatsky



Os primeiros passos dos comunistas no Brasil

Centenário de fundação do PCB: dos primeiros grupos comunistas à criação do partido

Em março de 2022, o Partido Comunista do Brasil (PCB) completou 100 anos de sua fundação. Em artigo publicado na edição anterior do jornal, apresentamos um panorama das lutas operárias na Primeira República e analisamos o impacto da Revolução Russa sobre a organização dos trabalhadores. No texto a seguir, discutiremos como se deu o processo de organização inicial do PCB, as debilidades de sua direção e algumas das dificuldades enfrentadas por seus militantes.

MICHEL GOULART
DA SILVA

Sob o impacto das notícias de vitória dos trabalhadores na Rússia, começaram a se organizar os primeiros grupos comunistas no Brasil. Um dos primeiros grupos comunistas a ser fundado foi a União Maximalista, de Porto Alegre, em 1º de novembro de 1918. Em seu manifesto de lançamento, que conclamava os operários a seguir o exemplo russo, afirmava-se que “o mundo só deve ser daqueles que produzem; e todo aquele que não produzir é parasita e como tal não lhe deixaremos consumir vosso produto”¹. O referido documento mostrava um conhecimento limitado de informações acerca do processo revolucionário russo e da dinâmica de transformação daquela sociedade. Fundada por Abílio de Nequete, a União Maximalista passou a se chamar Grupo Comunista de Porto Alegre, a partir de 1921.

Em 7 de novembro de 1921, com a presença de doze militantes, entre os quais Astrojildo Pereira, foi fundado o Grupo Comunista do Rio de Janeiro como “primeiro passo para a próxima e definitiva constituição do Partido Comunista Brasileiro”². Entre os fundadores do Grupo Comunista estavam Antônio Branco, Antônio de Carvalho, Antônio Cruz Júnior, Aurélio Durães, Francisco Ferreira, João Argolo, José Alves Diniz, Luís Peres, Manuel Abril, Olgier Lacerda e Sebastião Figueiredo. Como parte do processo de organização do grupo, definiram pela “publicação de um mensário de doutrina e informativo sobre o movimento revolucionário inter-

nacional, intitulado Movimento Comunista, o que de fato aconteceu, começando a sair logo em janeiro de 1922”³. Foram feitos um total de 24 números da publicação até junho de 1923, com uma tiragem total de 36 mil exemplares, numa média de 1.500 exemplares por edição.

Entre as condições definidas pela IC, seria possível destacar o fato de que toda organização desejosa de aderir à IC deveria afastar de suas posições os dirigentes comprometidos com o reformismo

O Grupo Comunista do Rio de Janeiro buscou contato com militantes de outras cidades, divulgando as 21 condições para a adesão dos partidos na IC e recomendando a formação de outros grupos comunistas. Cabe destacar que a IC havia sido fundada em março de 1919, sob o impacto da Revolução Russa, como forma de dar continuidade à organização interna-

cional dos trabalhadores depois que a maioria dos partidos da Segunda Internacional tinham apoiado suas respectivas burguesias na Primeira Guerra Mundial.

No seu segundo congresso, realizado entre julho e agosto de 1920, a IC votou condições para a adesão dos partidos à nova organização internacional. Entre as condições definidas pela IC, seria possível destacar o fato de que toda organização desejosa de aderir à IC deveria afastar de suas posições os dirigentes comprometidos com o reformismo; que o dever de propagar as ideias comunistas implicaria a necessidade absoluta de conduzir uma propaganda e uma agitação sistemática e perseverante; que todos os partidos desejosos de pertencer à IC deveriam romper completamente com o reformismo e a política do centro; que todo partido deve realizar uma propaganda perseverante e sistemática nos sindicatos; que devem ser construídos com base no princípio do centralismo democrático; que devem defender todas as repúblicas soviéticas nas suas

Domínio Público



Cristiano Cordeiro

TEORIA

lutas com a contrarrevolução; que devem modificar o nome e se intitular “Partido Comunista”.

O trabalho de difusão desses princípios e a iniciativa de incentivar a criação de grupos locais rendeu frutos. Em resposta ao chamado do grupo do Rio de Janeiro, foram criados grupos comunistas no Recife, Juiz de Fora e Cruzeiro (São Paulo). Convergiaram no processo de construção do PCB grupos regionais, com dinâmicas e características diversas. No Recife, por exemplo, Cristiano Cordeiro, um dos articuladores da criação do grupo comunista local, assim narrou o processo:

“Correspondi-me em 1921 com Astrojildo Pereira que, no Rio de Janeiro, editava o jornal *Spártacus*. Conhecíamos-nos somente de ideias. Combinamos criar, ele no Rio de Janeiro e eu no Recife, embriões de futuros comitês do partido. Como eu já atuava no meio sindical, não tive dificuldades de atrair os operários mais aguerridos. Assim, se comprometeram com ele, entre outros, o carvoeiro Joaquim Francisco, o padreiro José Caetano Machado, o pedreiro José Amaro, o estivador Pedro Lira e até pequenos burgueses como o farmacêutico Pedro Coutinho. O Grupo Comunista do Recife estabeleceu-se no dia 1º de janeiro de 1922, com uma reunião realizada em minha casa na Rua da Concórdia. Li, na ocasião, os chamados ‘21 pontos de Moscou’, condição para adesão à Internacional Comunista. A ata de fundação foi assinada por cerca de 35 pessoas que decidiram, ainda, que eu seria o delegado de Pernambuco ao encontro para a criação do PCB”⁴.

Realizado entre os dias 25 e 27 de março de 1922 no Rio de Janeiro, o congresso de fundação do PCB foi o resultado do processo de articulação dos diferentes grupos regionais. O anúncio oficial da fundação do PCB se fez através de Movimento Comunista, em junho de 1922. O congresso de fundação do partido contou com a presença de nove delegados, repre-



Elisa Branco (ao centro, de vestido claro) ao receber o Prêmio Lênin da Paz, concebido pelo stalinismo

sentando um total de 73 membros. Os delegados, oriundos dos núcleos do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, eram: Abílio de Nequete (barbeiro), Astrojildo Pereira (jornalista), primeiro secretário-geral do PCB, Cristiano Cordeiro (funcionário público), Hermogênio Silva (eletricista), João da Costa Pimenta (gráfico), Joaquim Barbosa (alfaiate), José Elias da Silva (funcionário público), Luis Peres (artesão) e Manuel Cendón (alfaiate). Entre os delegados do congresso de fundação, não eram brasileiros natos Cendón, espanhol, e Nequete, libanês.

Considerando a trajetória dos delegados, percebe-se que em sua maioria os militantes eram oriundos do anarquismo ou do sindicalismo revolucionário. Contudo, há igualmente trajetórias que não se enquadram nesse perfil. Manuel Cendón, acerca do qual não existem muitas informações, era o único oriundo de fi-

leiras socialistas, tendo um fraco conhecimento do marxismo. Outro dos membros fundadores com uma trajetória bastante peculiar é Abílio de Nequete, cujo vínculo com o catolicismo teria sido um motivo de choque com organizações anarquistas.

O partido sofria de sérias limitações teóricas e políticas, em grande medida pela origem anarquista e sindicalista revolucionária de seus militantes e pela fragilidade das organizações e elaborações socialistas na Primeira República

Outra trajetória diversa era a de Cristiano Cordeiro. Embora tenha participado de organizações operárias associadas ao anarquismo, não fez parte dessa corrente. Cordeiro era maçom, em um período em que alguns setores da maço-

naria apontavam certa simpatia pelo socialismo, ainda que por sua versão reformista. Esse setor da maçonaria parece ter em grande medida se aproximado do socialismo por conta de sua inserção no movimento anticlerical, vindo também a ter representantes entre os fundadores ou os primeiros aderentes do PCB. Essa presença de militantes maçons dentro do partido e a aproximação com segmentos da pequena-burguesia são alguns dos motivos que levaram a que a IC não aprovasse a adesão do PCB em seu IV Congresso, realizado entre novembro e dezembro de 1922.

O partido sofria de sérias limitações teóricas e políticas, em grande medida pela origem anarquista e sindicalista revolucionária de seus militantes e pela fragilidade das organizações e elaborações socialistas na Primeira República. Portanto, a fundação do PCB está marcada pelos limites políticos e teóricos do seu contexto.

Por um lado, expressa a adesão de importantes lideranças operárias e de esquerda ao bolchevismo e à defesa da Revolução Russa. Isso mostra o impacto que as lutas dos trabalhadores russos tiveram entre as diferentes correntes do movimento operário no Brasil. Contudo, ao mesmo tempo, na medida em que não havia uma tradição de organizações marxistas nem qualquer parte da intelectualidade que tivesse se debruçado sobre a realidade brasileira a partir do materialismo histórico, a primeira geração de dirigentes do PCB não foi capaz de apresentar uma análise científica da realidade. Com isso, deixou-se levar pelo impressionismo, influenciado, por exemplo, pelo levante tenentista de 1922 e também pela perspectiva da colaboração de classes. Coube aos trotskistas, que começaram a ser organizados a partir de 1928 como fração do PCB, apresentar as primeiras contribuições marxistas sobre a situação política e econômica e a realidade brasileira.

Certamente a história da fundação do PCB deve ser lembrada por todos aqueles que dedicam a sua militância à revolução e à construção do socialismo. Segundo os fundadores da corrente trotskista no Brasil, escrevendo em 1937, ao PCB “coube a missão histórica inestimável de ter dado à vanguarda operária a sua primeira forma política organizada, os seus primeiros quadros militantes revolucionários consequentes, isto é, comunistas”⁵. Contudo, devido aos percalços que enfrentou, o partido veio a rápida e lamentavelmente formar e consolidar uma burocracia interna, que se colocou como representante local da direção stalinista da IC, expressando a degeneração teórica e colecionando derrotas para os trabalhadores por meio da política de colaboração de classes.

NOTAS

¹Manifesto da “União Maximalista” aos operários. In: Silvia Petersen & Maria Lucas (Org.). Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937). Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 211.

²Astrojildo Pereira. Não nos assustemos com o debate. Movimento Comunista, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 3, março de 1922, p. 69.

³Everardo Dias. História das lutas sociais no Brasil. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 111.

⁴Cristiano Cordeiro. Depoimento a Ricardo Noblat. Memória e História, Nº 2, 1982, p. 83.

⁵Partido Operário Leninista. As tarefas revolucionárias do proletariado e o novo reagrupamento da vanguarda [janeiro de 1937]. In: Fúlvio Abramo & Dainis Karepovs. Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940). 2ª ed. São Paulo: Sunderman, 2015, p. 287.



A guerra na Ucrânia e a propaganda imperialista

JULES LEGENDRE
CMI FRANÇA

No final de março, após seis semanas de combates, o exército russo evacuou todas as regiões que havia conquistado em Kiev. A retirada marca o fracasso do plano original do Kremlin, que esperava “nocautear” o exército ucraniano e derrubar o governo de Zelensky por meio de uma ofensiva terrestre em três lados da fronteira ucraniana, ataques aéreos contra a infraestrutura militar do país e um ataque aéreo nos arredores de Kiev.

Moscou subestima a força do exército ucraniano e de suas tropas desde 2014. No entanto, a retirada do norte da Ucrânia não marca o fim da guerra, nem mesmo uma desaceleração nos combates. Putin simplesmente revisou seus objetivos. Concentra agora os esforços do exército russo na defesa das regiões conquistadas no Dnieper (ao redor das cidades de Kherson e Enerhodar), em uma ofensiva na frente oriental ucraniana (o Donbass) e na conquista de Mariupol.

Guerra e propaganda

A retirada russa foi seguida pela descoberta de cadáveres de civis e acusações de crimes de guerra, particularmente nas cidades de Boutcha e Hostomel (noroeste de Kiev). Em resposta, vários governos ocidentais expulsaram diplomatas russos, além disso, sanções econômicas – contra as exportações russas de carvão – foram anunciadas pela União Europeia.

É bem provável que soldados russos tenham matado civis durante a ocupação desses territórios. No entanto, as declarações de Zelensky, que fala de atos de “genocídio”, “piores que a ocupação nazista”, são pura e simples propaganda. Por outro lado, as alegações do Kremlin, que denuncia a “encenação” baseada em “falsos cadáveres”, não são nada convincentes. Em tempos de guerra, mentir é uma arma. Desde o início do conflito, Moscou, Otan e o governo ucraniano estão mentindo.

Às vezes a mentira se volta contra seu autor, como no caso da guarnição ucraniana na Ilha das Serpentes. De acordo com o governo de Kiev, todos os seus membros foram mortos depois de se recusarem a se render à Marinha Russa. Eles foram postumamente condecorados como “Heróis da Ucrânia”. Suas “últimas palavras” provocativas – “Navio de guerra russo, foda-se” – foram elevadas a um símbolo da resistência ucraniana. No entanto, após o episódio, descobriu-se que os membros da guarnição se renderam, sim, às tropas russas. Alguns foram devolvidos vivos à Ucrânia, como parte de uma troca de prisioneiros. Zelensky, então, organizou uma cerimônia para dar a eles medalhas recompensando sua resistência até a morte!

O que se percebe é que a reação da Otan aos crimes de guerra é muito variável. No Afeganistão, a mesma Organização matou dezenas milhares de civis, muitas vezes deliberadamente. Em 2015, por exemplo, o hospital Médicos Sem Fronteiras, em



AP Photo/Efrem Lukatsky

Moscou subestima a força do exército ucraniano, mas a retirada do norte da Ucrânia não significa o fim da guerra

Kunduz, foi bombardeado pela força aérea americana, que sabia muito bem que era um hospital. Houve 42 mortes entre pacientes e equipe médica, mas nenhum diplomata dos EUA sofreu expulsão.

Em Gaza, em 2014, aviões israelenses atacaram casas, escolas e hospitais de civis com bombas incendiárias. Mais de 1.500 civis palestinos morreram. Longe de impor sanções à economia israelense, o governo francês proibiu os pedidos de boicote a Israel.

As burguesias ocidentais são totalmente indiferentes ao sofrimento do povo ucraniano, assim

Gage Skidmore, Flickr



Dois pesos e duas medidas da Otan para a guerra

como são indiferentes ao sofrimento dos palestinos e afegãos. O destino dos povos só lhes “interessa” para fins de propaganda, ou seja, quando os crimes são perpetrados por uma potência rival. E quando não há crimes reais à sua disposição, eles não hesitam em inventar alguns. Foi o caso em 1989 com a falsa vala comum de Timisoara (Romênia) – ou com o chamado “genocídio planejado” dos albaneses de Kosovo, em 1999.

Os nazistas ucranianos

Os principais meios de comunicação ocidentais estão unanimemente do lado da Otan. Por exemplo, os jornais franceses, que insistem em minimizar – até mesmo negar – a presença de neonazistas no exército ucraniano e, particularmente, o papel do famoso regimento Azov. Em um artigo publicado em 23 de março, o *Le Monde* afirma que “apenas uma minoria dos soldados do regimento (Azov) é hoje animada por ideias de extrema-direita ou neonazistas”. Além disso, o *Le Monde* nos informa que Azov

representa apenas 2% do exército ucraniano – e que a extrema direita é “praticamente inexistente nas eleições” na Ucrânia. Conclusão: “Pare de encher a paciência!”

Nada disso se sustenta. O regimento Azov e seus milhares de combatentes são apenas uma das muitas facetas da extrema-direita no exército ucraniano. Existem outras unidades voluntárias de extrema-direita, como Aïdar ou Dnipro. Quanto ao próprio Azov, seu caráter nazista é explícito. Seu fundador e principal líder político, Andriy Biletsky, também foi um dos criadores da “Assembléia Social-Nacionalista da Ucrânia”. Em 2010, ele declarou que a Ucrânia estava em uma missão para liderar “as raças brancas... na cruzada final contra os subumanos liderados pelos semitas”.

A partir de 2014, Azov tornou-se um centro de treinamento para neonazistas da Europa e América, que passaram a receber treinamento político e militar lá. Além disso, este regimento está diretamente ligado a um ataque mortal cometido em 2018 contra



INTERNACIONAL

a comunidade cigana no oeste da Ucrânia. Em março passado, em Lviv, milicianos ucranianos amarraram refugiados ciganos a postes de luz, antes de passar detergente em seus rostos. Isso não levantou protesto algum nos jornais parisienses.

Embora seja verdade que políticos abertamente neonazistas têm pouco sucesso nas eleições, essa não é a única forma de conquistarem influência política. Os governos de Poroshenko e Zelensky integraram parte de seus líderes ao aparato estatal. Em 2016, um membro da Azov assumiu a chefia da polícia ucraniana, enquanto Biletsky foi promovido a tenente-coronel. O governo também realizou uma campanha para reabilitar os nazistas ucranianos. Monumentos foram inaugurados em homenagem a Roman Shukhevych (um dos organizadores do Holocausto na Ucrânia Ocidental) e à Divisão Waffen-SS Galicia, composta por ucranianos que se uniram à ocupação de Hitler (entre 1943 e 1945). Ao mesmo tempo, o governo proibiu a distribuição de livros destacando o papel dos nacionalistas ucranianos no extermínio de judeus.

Observe que essa informação não vem do Kremlin, e estão muito bem documentadas. Antes da guerra, a BBC, o Guardian e o La Croix publicaram inúmeras pesquisas sobre o assunto. Em 2018, o FBI chegou a escrever um relatório que



Regime Putin está sobre um barril de pólvora

esboçava preocupação sobre as ligações entre o regimento Azov e a extrema-direita americana. No entanto, os homens deste regimento estavam entre os primeiros a se beneficiar das entregas de armas da Otan desde o início da guerra.

Perspectivas

Zelensky não é o “herói da democracia” retratado pela imprensa ocidental há dois meses. Ele é o representante de uma das frações rivais de oligarcas que compartilharam a economia e o poder na Ucrânia após a queda da URSS. Zelensky aproveitou a guerra para banir vários partidos da oposição e colocar todas as emissoras de televisão sob controle estatal. Embora seu governo não tenha cedido o poder aos neonazistas, está usando-os

para fazer uma campanha de intimidação contra o movimento operário. Ativistas de esquerda e sindicalistas foram presos. Alguns foram até torturados.

No entanto, o regime de Zelensky continua frágil. Facções rivais da burguesia estão em conflito e poderiam usar uma derrota militar – ou uma “paz” assinada sob coação pelos militares russos – para acusá-lo de traição e derrubá-lo. Além disso, quando a guerra terminar, o governo de Kiev também terá que lidar com os neonazistas. Apesar de suas perdas nas batalhas, eles agora são mais numerosos, mais bem-armados e mais influentes do que antes da guerra, e consequentemente, muito mais hostis a qualquer acordo de paz que confirme a divisão da Ucrânia.

Por fim, será necessário pagar a conta da guerra, que se somará à crise econômica. Assim, para Washington, Paris ou Londres, não será mais uma questão de ajudar a Ucrânia. Os líderes ocidentais estão prontos para “apoiar” os ucranianos quando se trata de atirar em tanques russos, mas não quando se trata de impedir que as massas ucranianas afundem na miséria. Entre 2014 e 2022, enquanto a Ucrânia enfrentava uma crise econômica catastrófica, a principal “ajuda” dada pelo Ocidente foi aconselhar o governo de Kiev a intensificar as políticas de austeridade.

Zelensky não é o “herói da democracia” retratado pela imprensa ocidental há dois meses. Ele é o representante de uma das frações rivais de oligarcas que compartilharam a economia e o poder na Ucrânia após a queda da URSS.

Na Rússia, o regime de Putin também está sentado sobre um barril de pólvora. Não podemos nos esquecer de que as guerras podem terminar muito mal para ambos os regimes em vigor. Em 1904, o ministro do Interior do czar Nicolau II, Vyacheslav Plehve, disse que, para evitar uma revolução, era necessária “uma pequena guerra vitoriosa contra o Japão”. Longe de fortalecer o trono do czar, a guerra acelerou a eclosão da revolução de 1905. Para fortalecer seu regime enfraquecido pela crise econômica e pelos crescentes protestos, Putin fez a mesma aposta que Plehve em seu tempo. Sua “pequena guerra vitoriosa” contra a Ucrânia tornou-se a maior guerra que a Europa presenciou desde 1945. Custou milhares de vidas russas e ainda pode terminar em derrota, pelo menos para os objetivos de Putin.

Quanto mais a guerra se arrastar, mais privações causará, mais soldados se utilizarão de tratamentos abusivos a civis ucranianos – e mais a

oposição na Rússia crescerá. Isso não só é verdade como já se vê esse sentimento contra o regime de Putin, principalmente após as contrarreformas que ele impôs desde 2018.

Devido ao caráter ditatorial do regime russo, não é fácil avaliar a extensão da oposição à guerra. Mas vozes discordantes já foram levantadas – não apenas na imprensa e entre os intelectuais liberais, mas também nas organizações da classe trabalhadora. Por exemplo, nossos camaradas russos defenderam as posições do internacionalismo revolucionário na Juventude Comunista do país.

Na Ucrânia, assim como na Rússia, a fumaça da guerra e da propaganda nacionalista acabará se dissipando. Para os trabalhadores da Rússia e da Ucrânia, a única solução será atravessar os rios de sangue que Putin, Zelensky e a Otan atrairam para dividi-los e lutar juntos para liderar uma revolução socialista. Não será fácil, mas é a única maneira realista de tirar a Ucrânia e a Rússia do contexto sangrento em que o capitalismo e o imperialismo os colocaram.

| Tradução de Nayara S.

Em tempos de guerra,
mentir é uma arma.
Moscou, Otan e o governo
ucraniano mentem
enquanto o povo sofre





O termo “técnicas de interrogatório aprimoradas” é apenas um eufemismo para métodos de tortura empregados pela CIA

CIA usou prisioneiro como “cobaia” para ensinar métodos de tortura

Enquanto os EUA e seus aliados denunciam a brutalidade da Rússia na Ucrânia, um relatório recentemente tornado público lançou luz sobre algumas das práticas do imperialismo norte-americano. Foi revelado que a CIA passou três anos usando um detento no Afeganistão como “cobaia” para treinar interrogadores em métodos de tortura. Esse indivíduo esteve submetido a uma brutalidade sem sentido, apesar de não proporcionar nenhuma informação útil.

OLIVER BROTHERTON
CMI EUA

Ammar al-Baluchi, um cidadão paquistanês ligado aos ataques de 11 de setembro, foi detido no chamado Salt Pit: um centro de detenção “extralegal” ou “local negro” de 2003 a 2006. Lá, ele enfrentou todo tipo de tormentos físicos e psicológicos, antes de ser transferido para a famigerada Baía de Guantánamo, onde desde então se encontra detido sem julgamento. A provação de Ammar o deixou com danos cerebrais potencialmente graves.

Uma escola de tortura

As descrições do tratamento de Ammar pelos agentes dos EUA pintam um quadro sombrio. A privação de sono e comida era o padrão, muitas vezes durando vários dias. Mesmo privado do sono, Ammar ainda era forçado a permanecer em pé, às vezes por até 82 horas, antes de ser levado para “interrogatório”.

Aqui, os horrores só continuavam. “Técnicas de interrogatório aperi-

moradas” (um eufemismo para métodos de tortura), empregadas pela CIA, incluíam bater repetidamente em sua cabeça e tórax, forçar seu corpo a adotar “posições de estresse” desconfortáveis por longos períodos de tempo, algemá-lo nu no chão enquanto 12 ou 13 agentes jogavam baldes de água gelada sobre ele, e “emparedá-lo” – ou seja, cobrir sua cabeça com uma toalha antes de golpeá-la com porretes de madeira.

Esses métodos bárbaros eram, e provavelmente ainda são, prática comum nas instalações secretas de detenção do imperialismo dos EUA em todo o mundo.

O mais repugnante de tudo é o fato de que Ammar não estava sendo violentado apenas para extrair informações dele. Sua câmara de tortura era uma sala de aula para aspirantes a interrogadores da CIA. O relatório descreve os agentes presentes como “alunos fazendo treinamento de trabalho”.

Um agente da CIA entrevistado para o informe observou que “precisava fazer um aprendizado substancial no trabalho e que se

sentia ‘atrasado’, em parte porque precisava praticar técnicas de interrogatório”. Essa “prática” envolvia fazer fila para se revezarem para bater e “emparedar” Ammar.

De maneira lamentável, quando os torturadores em treinamento não o faziam de acordo com o método, eles teriam que continuar agredindo Ammar até que pudessem ser “certificados” por um especialista. Um estagiário “teve problemas para dar o tapa facial corretamente e estava ‘muito envolvido’, com o braço muito estendido para dar o tapa corretamente”.

Esses espancamentos impiedosos não eram



O imperialismo dos EUA possui uma longa história de atrocidades

conduzidos por alguns agentes maus. Tudo isso era uma parte padrão do processo de “certificação” para aspirantes a interrogadores – independentemente do dano que estava causando a Ammar.

O relatório também afirma que os agentes da CIA “provavelmente tomaram a decisão de usar medidas aprimoradas em Ammar antes que o detido chegasse [ao local negro]”. Isso significa que o uso de métodos de tortura não teve nada a ver com a disposição de Ammar em cooperar ou com as informações que desejavam obter dele, como costuma ser a “justificativa” dada pelos apologistas de governos reacionários que empregam tais métodos. Em vez disso, ele provavelmente foi escolhido arbitrariamente para ser um objeto de treinamento da CIA antes mesmo de começarem os interrogatórios.

Crimes varridos para debaixo do tapete

Previsivelmente, embora o relatório liberado seja crítico de algumas das técnicas mais extremas empregadas pelos agentes, constata que, na maior parte, nada no caso

de Ammar foi fora do comum. “Emparedá-lo”, por exemplo, foi considerado completamente legítimo, e o dano cerebral permanente de Ammar foi apenas o resultado de alguns agentes “[aplicando] algumas das medidas de forma exuberante”.

A complicada defesa do relatório da CIA tenta minimizar a violência extrema perpetrada. Um agente entrevistado afirma: “Ammar poderia ter pensado que os tapas faciais e no tórax eram espancamentos, apesar de serem procedimentos aprovados”.

Da mesma forma, o relatório afirma:

“Uma sessão em que vários interrogadores tiveram que se revezar para ‘emparedar’ o detento muito menor fisicamente porque ficaram cansados sugere... que Ammar poderia razoavelmente sentir que estava sendo espancado”.

Aqui, devemos nos consolar com o fato de que, embora Ammar possa ter se sentido espancado, isso é apenas um erro factual de sua parte, já que os métodos eram simplesmente técnicas de interrogatório aprovadas. Este é um jogo de palavras cínico digno de 1984 de George



INTERNACIONAL

Orwell: “Não é tortura até que digamos que é!”

Mas os apologistas da tortura não param por aí. As experiências de uma agente da CIA são detalhadas:

“Todos os detentos que ela conheceu no [local negro] disseram a ela que ‘foram torturados’ ... Ela disse que não se lembra de Ammar ser diferente de outros detentos em suas queixas sobre tortura; ela ouvia essas queixas todos os dias”.

Mais tarde, ela descreveu Ammar como “um pouco hipocondríaco [!]”.

Essas observações mostram o descaso insensível que o imperialismo dos EUA tem pela vida humana. O agente da CIA desconsidera o tratamento selvagem de Ammar porque todos os detidos extralegais em “locais negros” fazem essa reclamação, sugerindo que a sensação de Ammar de ser gravemente agredido provavelmente se resume a um “pouco de hipocondria”!

“Interrogatório” sem informação

Apesar da culpa ou da conexão de Ammar com o terrorismo, a tortura que ele enfrentou foi completamente inútil em termos de obtenção de informações:

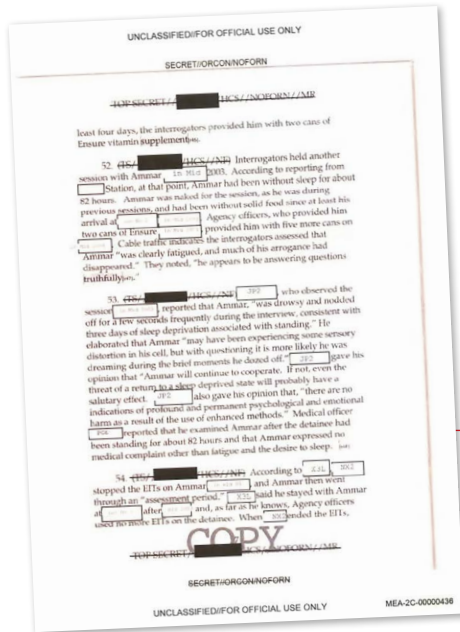
“Oficiais da agência... se concentraram mais em

se Ammar ‘era obediente’ do que na qualidade das informações que ele estava fornecendo... Ammar fabricou as informações que ele forneceu enquanto sofria [tortura]... ele estava apavorado e mentiu para que os oficiais da Agência parassem com as medidas”.

Isso se alinha com as descobertas de outros relatórios sobre “interrogatório avançado”: os prisioneiros submetidos à tortura acabarão dizendo qualquer coisa para acabar com sua provação, tornando inútil qualquer informação que forneçam. Além disso, o relatório levanta dúvidas de que Ammar soubesse de algo em primeiro lugar:

“Ammar não tinha conhecimento das ameaças iminentes, mas os interrogadores e analistas da Agência estavam convencidos de que ele estava retendo informações com base em sua análise das conexões de Ammar com Khalid Shaykh Muhammad [um arquiteto-chave do 11 de setembro] e o que eles supunham que Ammar poderia saber”.

Não apenas os agentes da CIA fizeram pouca ou nenhuma tentativa de coletar informações confiáveis de Ammar, como também não está claro se ele



O imperialismo dos EUA é a força mais reacionária do mundo, responsável pelos crimes mais hediondos imagináveis

sabia de alguma coisa. A CIA realizou torturas brutais durante três anos com base em sua “suposição”.

Uma história de tortura

O caso de Ammar é apenas a mais recente revelação na litania dos crimes do imperialismo norte-americano no Oriente Médio.

Um exemplo bem conhecido é o abuso dos direitos humanos ocorrido em Abu Ghraib, a prisão dos EUA mantida no Iraque durante a “Guerra ao Terror”. Soldados dos EUA foram encontrados alvejando detidos a cadáveres, mantendo-os nus e

duros eram praticados. Existem inúmeras outras acusações de tortura feitas contra os EUA nos últimos anos.

Um padrão óbvio emerge aqui. Um esquema de tortura brutal e endêmica que é usado indiscriminadamente pelo imperialismo dos EUA contra seus prisioneiros – culpados ou não.

O que está claro é que nenhuma investigação e nenhum escândalo por fim à crueldade no coração do imperialismo norte-americano. Da mesma forma, as reformas vazias sugeridas por relatórios governamentais e políticos capitalistas não acabarão com a barbárie da CIA e do estado capitalista em geral.

O imperialismo dos EUA é a força mais reacionária do mundo, responsável pelos crimes mais hediondos imagináveis. Não há profundidades que os capitalistas não vasculhem para defender seus lucros e esferas de interesse. Devemos varrer esta guerra, a tortura e a selvageria para o passado obscuro e distante da humanidade, derrubando o sistema que lhes dá origem. | Tradução de Fabiano Leite.

UNIVERSIDADE MARXISTA INTERNACIONAL

23 A 26 DE JULHO

INSCREVA-SE

WWW.MARXISMO.ORG.BR/UNIVERSIDADE/
OU (11) 98110 1336